

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE. -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E UM** -----
----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte reuniu, em sistema de videoconferência e de acordo com a Lei número 1-A/2020 de dezanove de março de dois mil e vinte, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Sara Barros Queiroz Amâncio, coadjuvada por Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Primeiro Secretário, e José Manuel dos Santos, Segundo Secretário.-

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Pedro Nuno Rosa Neves, Isabel Margarida Moura Gonçalves Freire de Menezes, Maria da Conceição Situ Antunes Branco Martins e Maria Elisa Manero Lemos Rodrigues.-----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Conceição Fonseca de Jesus e Alexandra Manuela Lobo Pimentel Fernandes.-----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Pedro Miguel Henriques de Barros Ferreira e Joaquim Gustavo Pinto dos Santos Elias.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Mariana Correia Gomes;-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Hugo Filipe Rodrigues Dionísio -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Sónia Carla Pinto Costa, que justificou a sua ausência e foi substituída por Hugo Dionísio.-----

----- Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia** disse que, para alguma questão que fosse colocada para ser respondida pelo Senhor Presidente do Executivo, tiravam-se notas e responderia depois. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que tinha uma moção e uma saudação para apresentar mas estava na dúvida como deveria fazer isso, se encaminhava para o e-mail.

----- A **Senhora Presidente da Assembleia** referiu que seria difícil fazer a distribuição pelos Membros mas se mandasse para o seu e-mail podia imprimir e ler. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** explicou que basicamente era uma moção já com algum atraso. Não houve nenhuma Assembleia antes. A saudação era ao 25 de Abril e 1º de Maio e uma moção em que se requeria para a Junta de Freguesia recomendar ao Governo o alargamento das medidas de apoio a quem na fase de desconfinamento estava em dificuldades, nomeadamente na Freguesia. Era um levantamento dessa necessidade e uma recomendação para que houvesse esse alerta por parte da Junta de Freguesia ao Governo para o alargamento desses apoios às micro, pequenas e médias empresas. -----

----- Iria enviar para o e-mail da Senhora Presidente.-----

----- **Saudação** -----

“----- 46.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e ao 130º Aniversário do 1º de Maio, dia Internacional dos Trabalhadores -----

----- No 46º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 importa recordar e sublinhar o que foi a conquista da liberdade de expressão e de reunião, a plena actividade sindical e política dos trabalhadores e das populações do nosso país, a

criação do Poder Local em democracia e a sua eleição directa nos concelhos e nas freguesias, o fim da guerra colonial e o início de um novo caminho de desenvolvimento e de relação intensa com os países e povos do mundo, a conquista de direitos como o direito à educação, à saúde, à cultura, entre tantos outros.-----

----- Com Abril foi derrotado o obscurantismo, a opressão, o esmagamento das liberdades, a limitação dos direitos fundamentais, a marginalização dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e do povo da vida política. O fascismo era miséria, fome, trabalho infantil, repressão, guerra, ódio, degradantes condições de vida, de saúde e de habitação, segregacionista cultural, elitismo, analfabetismo, ensino reservado para uns poucos e condicionado para a grande maioria da população, salários de miséria, subordinação dos interesses do País e do povo aos interesses de uma minoria de grandes monopolistas e latifundiários, alienação do interesse nacional aos interesses do grande capital e do imperialismo.-----

----- A classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas - «os capitães de Abril» -, unidos na aliança Povo-MFA, foram os protagonistas dos avanços e conquistas democráticas alcançadas, que foram consagrados na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976.-----

----- A reposição de direitos liquidados, os avanços e conquistas alcançados nos últimos 4 anos, pela luta dos trabalhadores e do povo, mostram que o caminho de defesa, reposição e conquista de direitos é indispensável para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo.-----

----- Esse caminho de avanço e melhoria dos rendimentos e das condições de vida do povo permanece como decisivo para fazer face às consequências do surto epidémico do COVID-19.-----

----- É também em tempos como aqueles que vivemos que se reforça e releva a importância das conquistas de Abril, do papel dos serviços públicos, em particular do SNS, e do Poder Local Democrático no combate ao Covid-19 e na defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações.-----

----- É necessário um plano de emergência e investimento no SNS para dar respostas mais avançadas na defesa da saúde dos portugueses, no presente e no futuro. Como é preciso defender e reforçar todos os serviços públicos.-----

----- Nos 46 anos da Revolução de Abril, não faltarão aqueles que irão tentar negar, descaracterizar e pôr em causa o verdadeiro significado do que foi Abril e do que representa para o povo português. Alguns vão tentar reescrever a História, branquear a natureza terrorista da ditadura fascista, silenciar a luta heróica dos trabalhadores e do povo português na resistência à ditadura fascista.-----

----- Os trabalhadores portugueses assinalaram este 1º de Maio num momento de grande complexidade para todos e em particular para os trabalhadores.-----

----- São os trabalhadores que estão e estiveram na linha da frente deste combate contra o COVID - 19, assegurando os serviços de saúde e todos os serviços públicos e sociais, a produção de bens e serviços essenciais entre outras funções. Mas são também os trabalhadores os mais afectados por respostas políticas desequilibradas e por medidas que não garantem o emprego, os salários e os direitos.-----

----- Neste 1 de Maio, tal como no primeiro 1 de Maio em liberdade, os trabalhadores não realizaram uma simples comemoração, farão ouvir a sua voz, a voz da denúncia do desemprego, dos cortes dos salários, da incerteza no dia de amanhã, da destruição da vida de tantos trabalhadores e da exigência de tomada de medidas.-----

----- No ano em que se comemoram os 130 anos do 1º de Maio, quando são atacados os direitos sociais, económicos, laborais e sindicais e se impõe a luta pela sua defesa, por

melhores condições de trabalho e de vida, os trabalhadores portugueses não deixarão de demonstrar que, organizados e unidos nas suas organizações representativas de classe estão prontos para defender os direitos que alcançaram e para lutar por mais avanços nas suas condições de vida e de trabalho. -----

----- Assim, o eleito do PCP propõe que a Assembleia de Freguesia de Santo António, na sua reunião de 28 de Abril de 2020, delibere: -----

----- 1. Saudar o 46º Aniversário da Revolução de Abril e saudar todos os que comemoraram das mais variadas formas o 25 de Abril, todos os que às 15h, das suas janelas e varandas trouxeram Abril para a rua, cantando a Grândola e o Hino Nacional; -----

----- 2. Saudar os 130 anos do 1º de Maio, as suas comemorações e os trabalhadores e as populações na sua luta em defesa do emprego, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes - direitos consagrados na Constituição de Abril; -----”

Moção

“----- Medidas necessárias e urgentes de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas ----- A situação de pandemia que o País enfrenta obrigou a responder, em primeiro plano, ao grave problema de saúde pública. Contudo, outros problemas se colocam como a degradação da situação económica e social, designadamente a que respeita às micro, pequenas e médias empresas (MPME) que constituem 99 % do tecido empresarial português. -----

----- Também em Lisboa as MPMEs formam a base empresarial mais relevante da vida e da dinâmica da freguesia e com uma expressão determinante em múltiplos sectores de actividade desde a restauração ao alojamento, à construção civil e limpeza, do pequeno comércio à reparação automóvel, dos cabeleireiros e barbeiros aos ginásios, dos táxis à prestação de serviços contabilísticos, entre outras. -----

----- Desde a emergência de saúde pública à escala internacional que se traduziu, designadamente, na classificação do COVID 19 como uma pandemia, foi estabelecido pelo governo um alargado conjunto de medidas de contenção que conduziram à suspensão da actividade por parte de muitas micro, pequenas e médias empresas, o que por sua vez se traduziu na quebra abrupta de entrada de receitas mantendo estas empresas, no entanto, as suas obrigações fiscais e outras. -----

----- As medidas adoptadas pelo Governo têm sido limitadas e insuficientes para os problemas com que estas empresas se defrontam e, em fase de desconfinamento progressivo, é expectável esses problemas se acentuem e prolonguem com resultados que poderão ser brutais no domínio do desemprego, da destruição de capacidade produtiva. Esta evolução negativa desta economia urbana terá também um impacto directo significativo na sustentabilidade e nas dinâmicas das comunidades locais e na manutenção dos níveis de vida social e económica da freguesia. -----

----- É, pois, necessário que se activem medidas urgentes de resposta às actuais necessidades das micro, pequenas e médias empresas, medidas simultaneamente robustas, amplas e específicas e que considerem as particulares características deste tecido empresarial do ponto de vista social, económico e organizacional. -----

----- Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia Santo António, reunida a Assembleia de Freguesia, decida recomendar ao Governo que se adoptem medidas no sentido de: -----

----- 1. levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso a apoios e a equiparação dos seus sócios-gerentes ao regime dos trabalhadores independentes; --

----- 2. atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81;-----

----- 3. suspender o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta;-----

----- 4. concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com 2 anos de carência e 10 anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada;-----

----- 5. redução do preço da electricidade e dos combustíveis;-----

----- 6. apoio ao arrendamento não habitacional, reflectindo na renda paga pelo MPME a quebra de actividade que foi verificada;-----

----- 7. criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso a medidas de apoio.-----”

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que havia também um requerimento para prestação de informação sobre algumas questões que eram levantadas, nomeadamente sobre as condições de trabalho dos trabalhadores da Freguesia nesse período de desconfinamento progressivo. O objetivo era que fosse prestada depois essa informação por escrito, nomeadamente sobre as condições de segurança e saúde no trabalho que os trabalhadores da Freguesia usufruíam ou não ou que estariam a ser preparadas no período que se vivia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou que já tinha recebido e reenviado a moção e a saudação. Entretanto enviaria o requerimento ao Executivo para resposta.

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submete à votação a **Saudação “46.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e ao 130º Aniversário do 1º de Maio, dia Internacional dos Trabalhadores”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PS, PCP e BE) e 7 abstenções (PSD e CDS).-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O CDS abstém-se não porque tenha algo contra o 25 de Abril e o 1º de Maio, pelo contrário. O CDS de Santo António já apresentou votos de saudação sobre essas duas importantes datas da nossa democracia.-----

----- No entanto, como esta saudação apresenta nas suas deliberações, esquecendo os considerandos, uma saudação também à forma como os mesmos foram celebrados, o CDS absteve-se porque não concordou e continua a não concordar com manifestações que podem neste momento da situação que se vive em Portugal provocar o aumento dos casos de infetados.-----

----- Portanto, assim como votámos e temos manifestado ser contra essas manifestações, também aqui temos que nos abster. Não votamos contra porque valores mais alto, 25 de Abril e 1º de Maio, se sobrepõem, mas abstemo-nos porque não podemos aceitar que se continuem a fazer manifestações que podem provocar o aumento da epidemia.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submete à votação a **Moção “Medidas necessárias e urgentes de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS, CDS, PCP e BE) e 5 abstenções (PSD).-----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que queria só fazer um pedido a todas as bancadas sobre o envio desse tipo de moções, que isso devia ser enviado com um pouco mais de tempo de antecedência para se conseguir analisar. Era um documento com medidas concretas e deviam ter algum tempo, não era em cinco minutos que liam uma moção e tinham condições para analisar.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que as bancadas tinham todas os mesmos privilégios. Como diria o Orwell, havia umas que tinham um pouco mais de privilégios que outras. Ia fazer essa recomendação, mas não queria de maneira nenhuma coartar a discussão e a votação. -----

----- No sistema de videoconferência isso era quase uma rasteira democrática. Esperava que não tivessem mais reuniões por videoconferência mas também esperava que esse tipo de documentos, que tinha recebido quando já ia a caminho da Assembleia e que não tinha hipótese de descarregar, que isso fosse enviado em tempo útil. Havia prazos para marcar a reunião e para enviar os documentos e, portanto, pedia que do lado das bancadas e para uma boa gestão do conjunto esses prazos fossem atendidos com pelo menos vinte e quatro horas. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** explicou que apresentava os documentos só nessa altura porque não teve possibilidade de os trabalhar anteriormente. -----

----- Independentemente de estar de acordo com o facto de poder ser enviado mais cedo, para uma análise mais profunda, também era verdade que estava no direito de chegar simplesmente à Assembleia e apresentar uma moção nessa mesma altura. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que não havia sobre isso nenhuma dúvida e não era a primeira vez em que acontecia, mas tinham que reconhecer que com o sistema de videoconferência não era fácil tratar. Até podia acontecer no decurso de uma reunião a apresentação de uma moção. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 1106 A AF/2020 - Designação de Cidadão Eleitor para a CPA da CPCJ – Lisboa centro;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** solicitou ao Senhor Presidente do Executivo que fizesse a apresentação dessa proposta, com uma fundamentação, uma vez que não havia nenhum elemento curricular a acompanhar a proposta. Portanto, seria para apresentar alguns dados curriculares que confirmassem a proposta e a confirmação de que a pessoa era de facto residente na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a Lara Preto era funcionária da Junta de Freguesia e já era a representante na CPCJ. Era psicóloga, formada em ação social também e tinha já muito tempo de trabalho diretamente com a CPCJ. -----

----- Tinham que apresentar um representante da Junta de Freguesia e não da Freguesia que fazia as “alargadas”, como chamavam às reuniões maiores e em que se tratava todo o funcionamento da Junta de Freguesia e da área geográfica. -----

----- A Lara tinha ido substituir a Inês Carrolo, que começou na altura com o “Julia”, ficando como representante. Isso foi no mandato anterior, havia uma renovação e teve que ir à Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a Lara era a representante do Executivo mas tinha que ser homologada pela Assembleia. Não era referido se residia na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha que ser. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que para ser um cidadão eleitor... --

----- **O Senhor Presidente da Junta** afirmou que devia haver algum equívoco, ou no texto... -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que então devia ser na proposta, onde dizia que tinham de ser nomeados quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças. Até podia morar noutra Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que podia ser um cidadão eleitor ou um técnico da Junta de Freguesia para representar essa situação. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** referiu que não era assim na proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que da parte jurídica não sabia. Podia ser lapso de proposta mas a indicação era cidadão eleitor ou técnico da Junta de Freguesia. A Lara tinha desempenhado o trabalho com toda a honra e profissionalismo, era quem estava dentro desses assuntos. -----

----- Podiam deixar essa proposta para outra Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** pediu que fossem também retificados os considerandos. No quarto considerando dizia especificamente “cidadão eleitor, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades”. -----

----- Não tinha dúvidas sobre a capacidade da Lara para assumir. Conhecia o trabalho dela e sem dúvida nenhuma, tirando a Inês, era a funcionária da Junta de Freguesia com mais capacidades para assumir essa posição. A questão era o cidadão eleitor. Podia ser da Freguesia, de Arroios ou da Misericórdia, onde a CPCJ Centro fazia a intervenção. -

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que sendo assim ela enquadrava-se no cidadão eleitor. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** respondeu que não porque não morava na Freguesia. Não sabia sequer onde ela morava, podia morar numa das outras. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** referiu que então seria uma cidadã eleitora. Pelo menos era isso que interpretava. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não se importava de retirar a proposta e verificar. Também teriam que retirar o ponto 2 porque não estavam reunidas as condições para o votar. -----

----- Sabia que a Lei permitia ser um funcionário da Junta de Freguesia. -----

----- Longe de si pôr alguma vez em questão que a Membro Catarina de Jesus não tivesse em consideração o trabalho feito pela Lara. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que conhecia o trabalho dela, conhecia o trabalho da Inês. Sabia que ela tinha condições para assumir, mas o que efetivamente se dizia era que tinha de ser eleitor. Provavelmente foi um lapso. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** sugeriu que esse ponto ficasse para o fim porque foi informado que seria enviado o parecer da CPCJ nacional, dizendo que podia ser um funcionário. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que então poderiam alterar os termos da proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que viam o parecer e depois alteravam os termos da proposta. Não tinha problema algum com isso. -----

----- Entretanto retirava o ponto 2. -----

----- **Ponto 3. - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 927 A AF/2020 Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração e Doação;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que havia um cidadão com produção artística e trocava uma exposição no espaço que teria de ir ver, porque nunca tinha ido no tempo dos escuteiros, por uma doação de leite. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que o CDS votaria a favor. No entanto, tinha ficado com a impressão de haver um género de *sine qua non*. Não estava contra a proposta mas não queria que as instalações que a Junta pudesse disponibilizar a artistas fossem só em contrapartida de alguma doação. Só um artista que podia doar alguma coisa tinha direito a expor, era isso que não queria. -----

----- No caso em apreço era dois em um, apresentava as suas obras e ainda por cima a Junta recebia, mas gostava de saber por parte do Senhor Presidente se um artista que não tivesse possibilidade de doar algo poderia também expor. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que nesse caso por acaso acontecia assim, mas tiveram imensas exposições na BACS em que os artistas não davam nada, ou no final ofereciam uma obra à escolha deles.-----

----- Estavam a falar de um artista que para além de freguês era alguém na praça e queria fazer uma exposição ali, não se sentia bem em não dar nada, tendo ele próprio avançado com a ação social e os litros de leite. Era o Pedro Barahona Possolo, que morava na Freguesia, que pintou o quadro do Cavaco e pintou também o quadro que ofertaram ao Papa Francisco. Teria uma exposição com um conjunto de obras de arte num espaço recuperado também por ele, achou o espaço magnífico para aquela exposição e propôs-se. A Junta não disse que não, como era óbvio.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 927_A_AF/2020 Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração e Doação**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 4 – Apresentação, análise e votação da proposta nº 1097 A AF/2020 - Contas do ano de 2019;**-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que havia a política orçamental, onde o CDS teria com certeza opções diferentes daquelas que o Executivo tinha tomado. No que respeitava à execução orçamental, ela apresentava aquilo que foram as políticas no Orçamento e portanto não havia muito a dizer.-----

----- A sua questão era sobre a reserva que o ROC apresentou e gostava que o Senhor Presidente pudesse explicar um pouco a razão dessas reservas, embora estivessem explicadas. Era uma questão do ativo imobilizado que não pôde ser conferido a tempo, mas se o Senhor Presidente pudesse explicar melhor era algo de utilidade.-----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** começou por agradecer a atenção que o Executivo teve na apresentação das Contas, porque tinha sido muito mais fácil analisar e ir aos pontos que lhe interessavam ver. Era de muito mais fácil leitura.-----

----- Em relação à taxa de execução de 75.98%, só queria tentar perceber o que ficou por fazer em 2019 que tivesse passado para 2020. Para haver essa taxa de execução era porque alguma coisa passou para 2020 e queria perceber o que foi.-----

----- Deu os parabéns pela situação das formações de 120 minutos. Se tinha entendido bem, isso era entre os funcionários da Junta, a partilha de experiências e conhecimentos entre funcionários. Era uma iniciativa muito importante.-----

----- Tinha uma dúvida nas adições ao imobilizado, no equipamento básico. Gostaria de perceber o que era esse equipamento básico porque em 2017 e 2018 tinham valores a zero e em 2019 apareciam valores de cerca de 70 mil euros.-----

----- Nos fornecimentos de serviços externos estava um valor de 1.022.000 euros, na rubrica da conservação. No relatório mencionava que 917 mil euros foram obras feitas em património da Câmara e queria perceber se não houve protocolos para isso e em que património da Câmara foi gasto.-----

----- Na prestação de serviços havia uma coisa que lhe chamava a atenção, a Universidade Sénior. Havia um valor de cerca de 2000 euros de custos com a Universidade Sénior em 2018, em 2019 apenas 550 euros. Gostaria de perceber qual era a situação da Universidade Sénior e a razão de ter havido menos investimento nesse ano de 2019.-----

----- Em relação à taxa de execução na higiene urbana, ela era baixa, 47,61%. Estavam a falar dos serviços mais importantes da Junta de Freguesia que tornavam mais fácil o dia a dia dos residentes e o seu bem estar. Gostaria de perceber a razão dessa taxa de execução tão baixa.-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que no fornecimento de serviços externos, como falava a Membro Catarina de Jesus, havia a tal questão de 2018 para 2019. Esses documentos permitiam perceber a evolução dos valores dedicados a cada área e 110.000 para 1.000.000, gostaria de perceber exatamente a que se referia essa conservação e reparação. -----

----- Outros fornecimentos e serviços, a última alínea passava para 347 mil. Apesar de provavelmente esses valores já estarem no documento que foi votado do Orçamento 2019, era bom que depois da sua execução se continuasse a questionar alguns desses valores. -----

----- Perguntou onde estavam os recibos verdes porque era na zona de pessoal com contrato a termo certo... não sabia se era exatamente aí ou não. Em 2018 estava a zero e em 2019 estavam 49 mil euros. -----

----- Como nota final dizer que o documento permitia ver uma evolução do investimento em determinadas áreas e havia algo que já foi dito nas Assembleias, não só pelo BE, o facto da comunicação não ter uma rubrica própria e não estar explanada de forma a permitir visualizar exatamente o que foi feito na comunicação em termos financeiros. Impossibilitava fazer qualquer análise dessa evolução da despesa. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que numa análise genérica do relatório verificava um aumento de custos com o pessoal, englobando não apenas o pessoal diretamente contratado pela Junta de Freguesia, mas o recurso também às prestações de serviços que tinha um peso importante. -----

----- A questão que queria colocar era se as verbas que estavam a ser utilizadas nesse tipo de recurso a serviços externos à Freguesia, se não poderiam ser utilizadas na criação de postos de trabalho, emprego de melhor qualidade do que o recurso a avenças e prestações de serviços diversas. -----

----- Também se notava um aumento nos contratos a termo. Em 2018 apareciam com zero e em 2019 já apareciam contratos a termo. Gostaria de saber se não havia possibilidade de outro tipo de modalidade contratual mais sustentável para os trabalhadores, mas também a situação relativa aos CEI e CEI Mais que também aumentava em 2019. -----

----- Isso levava de alguma forma a pensar que estavam a ser utilizadas essas situações para preencher necessidades concretas de pessoal quando podiam ser criados postos de trabalho que respondessem a essas situações. -----

----- A mesma linha de argumentação aplicava-se ao trabalho extraordinário, que também subia muito de um ano para o outro. Se havia trabalho extraordinário queria dizer que havia um acréscimo de atividade e o Senhor Presidente saberia melhor se era um acréscimo de atividade sustentada e consolidada. Se calhar também justificava a criação desse emprego e desses postos de trabalho. -----

----- Eram essas questões que para já deixava para reflexão. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que no quadro das transferências correntes concedidas não encontrava quando foi assinado o protocolo com a Paróquia que tinha um valor estipulado. Era a mesma base de protocolo que se aplicava à Sociedade Rodrigues Cordeiro ou à Juventude da Galiza, que tinham um valor associado e que aparecia refletido, mas o da USSAL não aparecia. -----

----- Os membros dos órgãos da autarquia, do Executivo, tinham em 2019 uma despesa inferior a 2018. Perguntou se poderiam ter menos elementos a tempo inteiro e se não havia ninguém prejudicado com essa diminuição de custos. -----

----- No relatório falava-se em SNS e ADSE. A sua curiosidade era saber o que a Junta tinha de encargos com a ADSE, que era um encargo dos trabalhadores, e também com o SNS. -----

----- Havia um quadro de venda e prestação de serviços com um aumento significativo de venda mas depois a percentagem na estrutura era baixíssima. Não percebia porque outras rubricas tinham uma percentagem muito superior embora nem tivessem crescido tanto como essas vendas e prestação de serviços. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que ainda não estavam em PREVPAP e já se fazia a criação de postos de trabalho com segurança para os trabalhadores. -----

----- Percebia a incidência sobre os CEI e os CEI Mais mas mais do que uma vez já tinha explicado que por vezes era uma segunda oportunidade para as pessoas e também perceber porque estar a contratar um trabalhador que três meses depois ia embora por vontade própria era complicado. -----

----- Havia alguns CEI e CEI Mais porque as equipas tiveram que crescer e já se fizeram mais pedidos porque, como deviam calcular, a situação não estava fácil. Os procedimentos concursais para o Estado eram burocráticos e demorados. Por si era uma questão de irem lá, assinar contrato, mas não era assim e percebia que não fosse, porque toda a gente tinha que ter as mesmas oportunidades. -----

----- Enquanto esses procedimentos andavam e não, faziam-se aqueles contratos mais curtos de entrada imediata. O Diário da República demorava seis meses a publicar uma coisa e durante esse tempo as pessoas tinham que receber. Depois passavam para um quadro diferente, para um contrato a termo, era uma passagem de patamar e se verificassem que havia mesmo necessidade de ocupar aquela vaga, ou de criar uma vaga para ser ocupada, abria-se o procedimento concursal e concorriam várias pessoas para o lugar. -----

----- Na contratação dos recursos externos estavam a falar de SIADAP, contabilidade, ROCs, TOCs. Era esse género de contratações. Não estavam a contratar uma empresa para pôr lá trabalhadores de limpeza urbana. -----

----- Quanto ao pessoal de recibo verde e de contrato, era mais ou menos a mesma resposta. Tinham o pessoal a recibo verde para entrar de imediato e durante muitos meses trabalhava-se para fazer o contrato, por exemplo os procedimentos para ser colocado em Diário da República. Aligeirava-se a entrada para depois fazer o procedimento concursal de trabalho a termo. -----

----- Podia dar o exemplo da comunicação, em que a Fátima Ferreira estava de licença com gravidez de risco e estaria um ano fora. Tinham que contratar alguém porque precisavam de continuar a fazer o trabalho durante esse tempo. -----

----- Era esse tipo de recibos verdes que existiam. Enquanto não havia o procedimento finalizado para assinar contrato as pessoas tinham que receber. -----

----- Sobre os 47% da limpeza urbana, foram os procedimentos que demoraram mais tempo que o previsto, a compra de viaturas e outras coisas. Isso fez com que o investimento em maquinaria não estivesse espelhado todo no ano 2019. -----

----- Em relação à Universidade Sénior, na parte cultural e sem dar por ela tinham dois pesos e duas medidas. Havia músicos a trabalhar mediante o pagamento de técnico superior à hora, havia uns professores de música a receber um valor e outros professores da Universidade Sénior a receber outros valores. Chamaram as pessoas, legalmente tinham que receber a taxa à hora de professor de música e passaram todos a receber o mesmo. Foi isso que fez baixar o valor. -----

----- Quanto às rendas da Fábrica da Igreja, estavam todas pagas mas não era na rubrica da Universidade, era em pagamento e aluguer de espaços. -----

----- Os gastos eram exatamente o contrário. Começaram a trabalhar em 2018 e de repente todos os CDCs que tinham da CML foram terminados e pagos. Entretanto nas reuniões que aconteceram no ajuste de verbas, por obras que a própria Câmara não

deixou fazer porque tinha outras coisas para o local, foram consideradas despesas que as Juntas de Lisboa tinham feito no valor de um milhão de euros. -----

----- O que ficou por fazer não era bem assim, estava a ser feito e não estava pago. Havia obras que transitaram para 2020, algumas infelizmente ainda não terminaram. Podia dar só como exemplo que compraram uma carrinha de carga em setembro ou outubro, ela chegou apenas vinte dias atrás e foi paga nessa altura.-----

----- Em relação ao inventário, estava uma equipa constituída pela contabilidade e pela empresa que tinha a responsabilidade de fazer o inventário para no mínimo prazo de tempo possível se poder apresentar à Assembleia, tentando que o próximo já não tivesse essa falha. -----

----- Sobre a questão do Executivo, havia duas pessoas a tempo inteiro e de momento estava uma a tempo inteiro e outra a meio tempo. Por isso baixou a verba. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** perguntou onde estavam os recibos verdes, se era na alínea de pessoal com contrato a termo certo.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era pessoal em regime de tarefa ou avença.-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que não estava a encontrar mas depois iria ver. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que os contratos a termo certo em 2018 eram zero porque tinha a ver com as necessidades, em 2019 houve mais necessidades. Normalmente era para suprir necessidades de baixas, de situações que aconteciam de repente. Quando era identificada realmente a necessidade de criar mais um posto de trabalho efetivo era feito o concurso. -----

----- Tentava-se que houvesse o mínimo de recibos verdes e que as pessoas quando iam trabalhar, nem que fosse só um mês, que fossem a contrato. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1097_A_AF/2020 - Contas do ano de 2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 5 votos a favor (PSD), 1 voto contra (PCP) e 7 abstenções (PS, CDS e BE) -----

----- **Ponto 5 – Apresentação, análise e votação da proposta nº 1100-A AF/2020 - 1ª Revisão Orçamental ao Orçamento da FSA para 2020;** -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que no quarto parágrafo do enquadramento da proposta existia um erro. Em vez de 20120 devia ser 2020. -----

----- No anexo 2 da proposta de revisão tinha uma dúvida porque a divisão de gestão e suporte registava 45200 euros de perda de receita mas nos considerandos da página 5 estavam referidos 48000 de diminuição de saldo. No anexo 2 dizia-se o seguinte:-----

----- “O período de isenção de quatro meses aprovado, tal resultará no valor de isenção aproximado de 33200, somando num valor total estimado para a perda de receitas de 45000.” -----

----- O valor que estava no quadro rectificativo era de 48000, sendo essa a única diminuição registada. Perguntou qual era o enquadramento desses valores assinalados no anexo 2, os 33000 e os 45000.-----

----- Também queria perceber o aumento do saldo de gerência, a que transferência de montantes se devia. -----

----- **Doutor José Frazão** disse que no saldo de gerência, em função da entrada em vigor do SNC-AP em 2020, eram expurgados os saldos de operações de tesouraria. ----

----- Na prestação de Contas de 2018, quando aprovaram em 2019 em sede de POCAL elas estavam integradas com o saldo de tesouraria. Entretanto, a 1 de janeiro de 2020 entrou em vigor o SNC-AP, estava-se no dia 24 de junho de 2020 e tinham que expurgar o saldo da parte das operações de tesouraria, determinado pela Lei vigente.---

----- O saldo expurgado era de 50.136,12 euros, como podiam ver logo no primeiro ponto dos considerandos. -----

----- Com o princípio da prudência orçamental constituiu-se uma diminuição na rubrica do licenciamento. Obviamente teriam uma descida com as isenções concedidas pelo Executivo Camarário. -----

---- Não iriam aplicar os 48000 em mais valor no Orçamento, iriam diminuir 48000, restando os remanescentes 2.136,12 euros para efeitos de formação. A questão dos 120 minutos não tinha custos, era uma formação que estava a ser feita internamente sem custos mas havia uma necessidade e sobretudo na área da contabilidade, dos trabalhadores da Junta fazerem uma formação no âmbito do SNC-AP. Estavam numa verdadeira revolução nessa área. -----

----- Como a Membro Mariana Gomes podia verificar na entrada, na revisão orçamental, estavam os 48.000 diminuídos no mapa do programa da Fresoft e os 2.136,12 incluídos na despesa relativa à formação. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** agradeceu o esclarecimento e conseguia perceber. A sua pergunta estava relacionada com o anexo 2, da divisão de gestão e suporte. Falava numa isenção aproximada de 33.200, que não percebia de onde iam, e num valor estimado total de 45.000. -----

----- **Doutor José Frazão** esclareceu que esse documento era apenas porque o Executivo entendeu ser apresentado como forma de saber por quem estava no licenciamento e que tinha mais noção das estimativas do que poderia vir a ser a perda nessas áreas. Era um parecer que tinha sido dado de 45.200 como diminuição da receita, mas o Executivo quis ir um pouco mais além pelo princípio da prudência. -----

----- Em vez de 45.200 fez-se uma diminuição no orçamento da receita de 48.000 euros. Eram estimativas, valiam aquilo que valiam mas os 45.200 eram efetivamente aquilo que era estimado pelo licenciamento, embora o Executivo tivesse entendido através do Senhor Presidente ir um pouco mais além e fazer então a tal folga dos 2136 para investir na parte da formação do pessoal. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** perguntou se os 33.000 euros era a mesma coisa. -----

----- **Doutor José Frazão** confirmou. Os 33.200 eram o valor que o licenciamento estimava das isenções e os 12.000 eram associados ao período da isenção. Havia duas variáveis que concorriam. Os 33.200 mais os 12.000 perfaziam os 45.200 que estavam na informação dada pelo licenciamento. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que ainda não tinha recebido o mail com o parecer relativo à candidata para a CPCJ. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1100-A_AF/2020 - 1ª Revisão Orçamental ao Orçamento da FSA para 2020**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 2 abstenções (PCP e BE) -----

----- Continuando, disse que tinha uma carta da CPCJ dirigida ao Presidente da Junta com vários considerandos que estavam ali reproduzidos, não tendo sido reproduzido um ponto que era de facto bastante importante: -----

----- *“Vimos solicitar por intermédio de Vossa Excelência à Assembleia de Freguesia indicação de um cidadão eleitor para integrar esta CPCJ.* -----

----- *Importa referir que segundo parecer jurídico da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, se a Assembleia de Freguesia assim o considerar, poderá ser designado um técnico da Junta de Freguesia com competência para o desempenho da função”* -----

----- Na proposta faltava esse parágrafo para se perceber como foi buscar diretamente à Lei. Faltava isso para acomodar a proposta do Executivo.-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que tinha uma pergunta relativamente à equipa que estava a trabalhar na CPCJ. Isso porque no final do ano anterior tiveram uma discussão sobre a cessação de contratos, a denúncia de contratos de alguns trabalhadores que estavam na CPCJ. O Senhor Presidente tinha referido que foram abertos concursos para a contratação de pessoas para técnicos da CPCJ e, portanto, gostava de saber qual era o ponto de situação, quantas pessoas foram contratadas.-----

----- Também saber de que forma a CPCJ teria sido afetada na situação pandémica atual e de que forma a Junta de Freguesia apoiou a CPCJ.-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que se sentia esclarecido com a leitura da carta e, portanto, votaria a favor.-----

----- Não conhecia a pessoa em causa mas pela declarações já prestadas por outras pessoas tinha os atributos necessários.-----

----- A sua sugestão era que numa próxima vez pudesse o Executivo não nomear uma pessoa já do Executivo e nomear alguém da Freguesia, independentemente da força partidária e abrindo de certa forma esses lugares às forças vivas da Freguesia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que voltava à comissão social da Freguesia e essa estrutura que dava suporte ao trabalho em rede com as autoridades de saúde, as Juntas, etc.-----

----- Tinha ideia que independentemente de algum apoio técnico que o próprio Executivo quisesse por bem fornecer, se houvesse essa comissão haveria um conhecimento de uma rede da Freguesia onde uma pessoa podia ser identificada como um bom elemento, independentemente das qualidades da pessoa que ia ser indicada.---

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que responderia em duas partes, Covid e não Covid.-----

----- Todas as necessidades da CPCJ estavam supridas. Aliás, na última conversa que tiveram em Assembleia de Freguesia os trâmites legais do concurso estavam a decorrer e o jurídico, que era o que faltava para integrar as responsabilidades, estava a terminar. Infelizmente não terminou a tempo da pandemia, estava parado pelo menos até ao final do mês, altura em que eram desbloqueados os procedimentos concursais. Todo o apoio técnico estava suprido pelos quadros da Freguesia, mesmo estando dois semestres sem receber o dinheiro da Vereação que tinha a tutela sobre a CPCJ.-----

----- Queria salientar isso, que a CML, no pelouro dos direitos sociais onde se incluía a CPCJ, não transferia dinheiro para a Junta havia dois semestres, mas nunca deixou de ser nada feito por causa disso.-----

----- Nas medidas Covid, como a CPCJ teve ordens para trabalhar de casa, enquanto assim foi colocaram-se todas as medidas de proteção necessárias para quando voltassem ao local. A gestão da equipa, se iam todos ou não, era com a CPCJ, que decidia quem estava a trabalhar.-----

----- Todos os materiais de proteção eram assegurados mas a Vereação não transferia dinheiro que estava acordado para a Junta de Freguesia havia dois semestres.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1106_A_AF/2020 - Designação de Cidadão Eleitor para a CPA da CPCJ – Lisboa centro**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 12 votos a favor (PSD, PS, CDS e BE) e 1 abstenção (PCP).-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** informou que já tinha recebido o parecer.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** leu a **Ata em minuta referente à presente reunião** e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Disse que se houvesse alguma urgência por parte do Executivo, alguma proposta que tivesse de ser assinada, podiam sempre voltar aos meios tecnológicos. Não havendo, pensava que a sessão ordinária de setembro seria presencial. A Lei previa a modalidade de teleconferência até ao dia 30 de junho e talvez não fosse renovada. -----

----- Seguidamente, não havendo mais intervenções, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram vinte horas e dez minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

----- PRESIDENTE -----